



**d) Operações de crédito, obrigações por repasse e provisão para perdas em operações de crédito**

As operações de crédito e as obrigações por repasse estão registradas ao valor do principal, incorporando rendimentos e encargos auferidos até a data do balanço, em razão da fluência dos prazos. Os rendimentos de operações de crédito com atraso igual ou superior a 60 dias são apropriados somente por ocasião do efetivo recebimento dos valores em atraso.

**d2. Provisão para perdas em operações de crédito**

A classificação das operações de crédito e a constituição das respectivas provisões para perdas são efetuadas observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999, e leva em consideração a classificação das operações de crédito em níveis de risco AA - H e os percentuais mínimos operados de perda definidos pela referida resolução. A definição dos níveis de risco de crédito das operações é efetuada com base em metodologias internas de classificação de risco, incluindo premissas e julgamentos. Anualmente, as classificações das operações de crédito de clientes adimplentes são revisadas. A Administração adota a premissa da contagem em dobro dos prazos para constituição da provisão por atraso das operações de crédito com prazo superior a 36 meses e que possuam garantias reais, conforme facultado pelo artigo 4º, parágrafo primeiro, da Resolução CMN nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. Quando houver amortização significativa da operação ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, nos termos da Resolução CMN nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco. As renegociações de operações de crédito, anteriormente baixadas como prejuízo, são classificadas como nível "H". Os eventuais ganhos provenientes de renegociações somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

**e) Outros Valores e Bens**

Compostos por Bens Não Destinados a Uso, correspondentes a imóveis ou equipamentos disponíveis para venda, recebidos em dação de pagamento, registrados pelo menor valor entre o valor contábil do crédito e o valor da avaliação do bem; e Despesas Antecipadas, correspondentes a aplicações de recursos cujos benefícios decorrentes ocorrerão em exercícios futuros.

**f) Ativo permanente**

O ativo permanente é registrado ao custo de aquisição líquido das respectivas depreciações e amortizações acumuladas. A depreciação e a amortização são reconhecidas no resultado pelo método linear, considerando a vida útil estimada dos ativos. Terrenos não são depreciados.

**g) Demais ativos e passivos**

Os demais ativos e passivos são apresentados pelos valores de realização ou liquidação na data do balanço.

**h) Tributos**

Os tributos são apurados, conforme alíquotas a seguir:

Tributo	Alíquota
Imposto de Renda - IRPJ (15% + Adicional de 10%)	25%
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL (20%)	20%
Programa de Integração Social - PIS	0,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	4%
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN	Até 5%

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15% sobre o lucro real, acrescida de adicional de 10% sobre o excedente a R\$ 240 mil no ano.

Conforme a legislação tributária, a Desenvolve SP optou pelo recolhimento mensal do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido com base na estimativa da receita, a título de antecipação do efetivo pagamento, devendo no ajuste anual.

Com o advento da Instrução Normativa nº 1.591, de 5 de novembro de 2015, a alíquota da contribuição do imposto de renda sobre o lucro real foi alterada de 15% para 20%, no período compreendido entre 1º de setembro de 2015 e 31 de dezembro de 2018.

Os créditos tributários referentes ao imposto de renda e contribuição social são constituídos através das diferenças temporárias, entre o resultado contábil e fiscal. A expectativa de realização destes créditos está demonstrada na Nota 12.b.

**i) Utilização de Estimativas**

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamento. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para créditos de liquidação duvidosa e provisões para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração revisa as estimativas e premissas periodicamente.

**j) Contingências**

A Instituição segue as diretrizes da Resolução CMN nº 3.823, de 16 de dezembro de 2009, emitida pelo Banco Central do Brasil, referente aos procedimentos aplicáveis no reconhecimento, mensuração e divulgação de provisões, contingências passivas e contingências ativas.

A constituição da provisão para contingências passivas é realizada sempre que a opinião dos assessores jurídicos em relação à perda seja classificada como provável e que haja uma estimativa confiável dos montantes envolvidos. Os passivos contingentes são divulgados em notas explicativas, a menos que seja remota a possibilidade de ocorrer qualquer desembolso na liquidação.

**4 - Caixa e equivalentes de caixa**

	30.06.2017	30.06.2016
Disponibilidades	249	249
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	6.173	6.173
Títulos e Valores Mobiliários	25.428	25.428
<b>Total de Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<b>25.428</b>	<b>6.422</b>

**d) Carteira por níveis de risco e prazos de vencimento**

Parcelas Vincendas	Operações em Curso Normal								30.06.2017		30.06.2016	
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total da Carteira	Total da Carteira	
01 a 30	704.102	121.277	147.048	91.883	13.383	15.055	9.661	6.889	19.158	1.128.456	1.094.448	
31 a 60	16.660	2.651	2.889	1.446	744	286	163	24	683	25.546	23.766	
61 a 90	13.634	2.638	2.291	1.222	635	233	151	32	620	21.456	19.216	
91 a 180	42.256	2.578	2.410	1.232	664	233	111	32	590	50.106	19.767	
181 a 360	41.372	7.692	6.845	3.589	1.715	672	438	211	1.901	64.435	59.820	
Acima de 360	82.234	15.437	14.208	8.619	2.393	1.352	740	910	3.594	129.487	120.058	
<b>Parcelas Vendidas</b>	<b>507.946</b>	<b>90.281</b>	<b>118.405</b>	<b>75.775</b>	<b>7.232</b>	<b>12.279</b>	<b>8.058</b>	<b>5.680</b>	<b>11.770</b>	<b>837.426</b>	<b>851.821</b>	
01 a 30	-	89	537	399	312	19	64	113	41	1.574	1.574	
31 a 60	-	89	295	387	211	19	64	80	39	1.184	1.798	
61 a 90	-	-	242	12	101	-	-	33	2	390	780	
<b>Subtotal</b>	<b>704.102</b>	<b>121.366</b>	<b>147.585</b>	<b>92.282</b>	<b>13.695</b>	<b>15.074</b>	<b>9.725</b>	<b>7.002</b>	<b>19.199</b>	<b>1.130.030</b>	<b>1.097.026</b>	

**e) Constituição da provisão para operações de crédito por níveis de risco**

Nível de Risco	30.06.2017		30.06.2016	
	Provisão	%	Provisão	%
AA	704.102	-	641.180	-
A	121.366	0,5	128.478	6,42
B	147.585	1,0	134.307	1,34
C	109.940	3,0	106.591	3,19
D	14.610	1,0	25.810	2,58
E	18.900	3,0	25.221	7,56
F	23.602	5,0	19.648	9,82
G	7.023	7,0	7.505	5,24
H	22.735	100,0	48.160	48,16
<b>Total</b>	<b>1.169.864</b>		<b>1.136.900</b>	<b>78,56</b>

**f) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa**

	30.06.2017	30.06.2016
Saldo Inicial	66.115	69.589
Créditos baixados para prejuízo	(20.854)	(18.385)
Provisão constituída	6.703	27.364
<b>Saldo Final</b>	<b>51.964</b>	<b>78.568</b>

**g) Informações complementares**

	30.06.2017	30.06.2016
Créditos renegociados	31.484	29.115
Recuperação de créditos baixados para prejuízo	3.317	1.518

\* Considera-se renegociação qualquer tipo de acordo que implique alteração nos prazos de vencimento ou nas condições de pagamento originalmente pactuadas.

**7 - Imobilizado de Uso e Intangível**

**a) Imobilizado de Uso**

	Custo Depreciação		Custo líquido de Depreciação	
	30.06.2017	30.06.2016	30.06.2017	30.06.2016
Imóveis de Uso:				
- Terrenos	11.600	11.600	11.600	11.600
- Edificações	20.161	(615)	19.546	20.161
Outras Imobilizações de Uso:				
Instalações	121	(48)	73	85
Móveis e Equipamentos	1.444	(691)	753	942
Sistema de Comunicação	152	(75)	77	95
Sistema de Processamento de Dados	96	(32)	64	11
<b>Total em 30.06.2017</b>	<b>33.574</b>	<b>(1.461)</b>	<b>32.113</b>	<b>-</b>
<b>Total em 30.06.2016</b>	<b>33.504</b>	<b>(610)</b>	<b>-</b>	<b>32.894</b>

**b) Intangível**

	Custo Amortização		Custo líquido de Amortização	
	30.06.2017	30.06.2016	30.06.2017	30.06.2016
Outros Ativos Intangíveis:				
- Software	5.142	(1.645)	3.497	4.116
<b>Total em 30.06.2017</b>	<b>5.142</b>	<b>(1.645)</b>	<b>3.497</b>	<b>4.116</b>
<b>Total em 30.06.2016</b>	<b>5.142</b>	<b>(1.026)</b>	<b>-</b>	<b>4.116</b>

**8 - Obrigações por repasses do País - Instituições oficiais**

	30.06.2017				30.06.2016			
	0-30	31-180	181-360	Acima de 360	Total	%	Total	%
BNDES	5.122	23.213	28.331	229.543	286.209	62,26	214.469	57,71
FINAME	2.899	13.091	13.969	77.490	107.449	23,37	127.927	34,43
FINPE	409	1.921	4.038	59.700	66.068	14,37	29.214	7,86
<b>Total</b>	<b>8.430</b>	<b>38.225</b>	<b>46.338</b>	<b>366.733</b>	<b>459.726</b>	<b>100,00</b>	<b>371.610</b>	<b>100,00</b>

**9 - Outras obrigações**

**a) Sociais e estatutárias**

	30.06.2017	30.06.2016
Juros sobre o capital próprio	10.320	8.239
Participação nos lucros	1.295	1.300
<b>Total</b>	<b>11.615</b>	<b>9.539</b>

**b) Fiscais e previdenciárias**

	30.06.2017	30.06.2016
Impostos e contribuições sobre salários	2.097	2.075
Contribuição Social	6.037	6.203
COFINS	399	529
Imposto de Renda	362	7.015
PIS	65	86
Outros	65	78
<b>Total</b>	<b>3.625</b>	<b>15.986</b>

**c) Recursos para Destinação Específica - Obrigações por Fundos Financeiros e de Desenvolvimento**

	30.06.2017	30.06.2016
Programa Incentivo ao Investimento Esportivo	6.765	9.085
Programa Renova SP	2.061	2.998
<b>Total</b>	<b>8.826</b>	<b>11.483</b>

\* Referem-se a recursos, transferidos pelo Governo do Estado de São Paulo, destinados a subsidiar os juros das parcelas adimplentes de operações de crédito das respectivas linhas de financiamento.

**5 - Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos**

**a) Composição da carteira**

	30.06.2017		30.06.2016	
	Curto prazo	Longo prazo	Curto prazo	Longo prazo
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	249.820	237.125
Cotas de Fundos de Renda Fixa	25.428	-	-	-
Cotas de Fundos de Investimento em Participações - FIP	-	-	28.450	15.320
Cotas de Fundos Mútuos de Investimento em Empresas Emergentes Inovadoras - FIMEI	-	-	16.104	8.660
Cotas de Fundos Garantidores de Operações de Crédito	-	-	1.150	1.072
(-) Provisões para Desvalorizações	-	-	(1.763)	(4.389)
<b>Total</b>	<b>25.428</b>	<b>293.761</b>	<b>257.788</b>	<b>257.788</b>

As Cotas do Fundo de Renda Fixa e Letras Financeiras do Tesouro são custodiadas pelo Banco do Brasil S.A. Em 30 de junho de 2017 e 2016, a Instituição não possuía em aberto operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

**b) Cotas de fundos mútuos de investimento e de participações**

Estas aplicações são administradas por instituições financeiras privadas. As cotas destes fundos são avaliadas pelos valores divulgados pelo respectivo administrador na data-base do balanço. Em 30/06/2017, estavam assim compostas:

Fundo	Capital Subscrito	Capital Integralizado	Valor Atualizado/Contábil
Inovação Paulista (FIP)	25.000	12.704	19.246
BBI Financeiro II (FIMEI)	10.000	7.880	14.258
CRP Empreendedor (FIP)	10.000	5.258	4.641
Performa Investimentos SC - I (FIMEI)	2.000	1.820	1.368
Aerospacial (FIP)	10.000	3.931	3.291
<b>Total</b>	<b>57.000</b>	<b>31.593</b>	<b>42.804</b>

Conforme disposto na Instrução CVM nº 579, de 30 de agosto de 2016, os fundos mútuos de investimento e participações devem mensurar os seus ativos e passivos pelo valor justo.

**6 - Operações de crédito**

**a) Carteira por modalidade**

	30.06.2017			30.06.2016		
	Curto prazo	Longo prazo	Total	Curto prazo	Longo prazo	Total
Financiamentos	156.234	646.008	802.242	162.122	648.471	810.593
Financiamento de Infraestrutura e Desenvolvimento	87.182	187.606	274.788	81.793	213.767	295.560
Empréstimos	58.262	34.292	92.554	17.020	13.382	30.402
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	78	202	280	75	270	345
<b>Total da Carteira de Crédito</b>	<b>301.756</b>	<b>868.108</b>	<b>1.169.864</b>	<b>261.101</b>	<b>875.890</b>	<b>1.136.900</b>
Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa	(15.677)	(36.287)	(51.964)	(26.813)	(51.755)	(78.568)
<b>Total da Carteira de Crédito Líquido de Provisões</b>	<b>286.079</b>	<b>831.821</b>	<b>1.117.900</b>	<b>234.197</b>	<b>824.135</b>	<b>1.058.332</b>

**b) Receitas de operações de crédito**

	30.06.2017	30.06.2016
Financiamentos	36.814	52.566
Financiamento de infraestrutura e desenvolvimento	16.995	25.026
Empréstimos	5.571	3.342
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	3.317	1.518
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	5	6
<b>Total</b>	<b>62.702</b>	<b>82.458</b>

**c) Carteira por setor de atividade econômica**

	30.06.2017 Participação	30.06.2016 Participação
<b>Setor Público</b>	<b>288.921</b>	<b>25%</b>
Administração Direta	284.178	24%
Atividades Empresariais	4.743	1%
<b>Setor Privado</b>	<b>880.943</b>	<b>75%</b>
Outros serviços	546.334	47%
Indústria	256.827	22%
Comércio	53.014	4%
Pessoas Físicas	16.380	1%
Rural	8.388	1%
<b>Total</b>	<b>1.169.864</b>	<b>100%</b>

orientações corporativas. **5. AVALIAÇÃO DA EFETIVIDADE DAS AUDITORIAS INDEPENDENTE E AUDITORIA INTERNA:** O Comitê de Auditoria mantém um canal regular de comunicação com os auditores internos e independentes, permitindo ampla discussão dos resultados de seus trabalhos, dos aspectos contábeis e de controles internos relevantes e, em decorrência, avalia como plenamente satisfatório o volume e a qualidade das informações fornecidas por esses profissionais, os quais apoiam sua opinião acerca da adequação e integridade dos sistemas de controles internos e das demonstrações financeiras. Ademais, não foram identificadas situações que pudessem afetar a objetividade e a independência dos auditores independentes e/ou a autonomia dos auditores internos. O Comitê de Auditoria acompanhou as atividades realizadas pela Auditoria Interna e os resultados desses trabalhos não trouxeram ao conhecimento do Comitê a existência de riscos residuais que possam afetar a solidez e a continuidade da instituição. Em decorrência, O Comitê de Auditoria avalia positivamente a cobertura e a qualidade dos trabalhos realizados pela Auditoria Interna e pela Auditoria Independente no período de tempo em tela, concernentes às avaliações dos procedimentos e práticas de controles internos da instituição e auditoria das demonstrações financeiras do exercício findo em 30 de junho de 2017. **6. AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES**

### PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Desenvolve SP - Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A., no uso de suas atribuições legais e estatutárias, procederam ao exame do Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras relativos ao semestre findo em 30 de junho de 2017, e à vista do Relatório dos Auditores Independentes apresentado, sem ressalvas, opinam que os referidos documentos refletem a situação patrimonial e financeira da Sociedade e estão em condições de serem submetidos à Assembleia Geral Ordinária para deliberação.

São Paulo, 24 de agosto de 2017

**David Polessi de Moraes**  
Conselheiro

**Kelly Lopes Lemes**  
Conselheira

**Isadora Chansky Cohen**  
Conselheira

### PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Os Conselheiros de Administração da Desenvolve SP - Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A., no uso de suas atribuições legais e estatutárias, procederam ao exame do Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras relativos ao exercício findo em 30 de junho de 2017, e à vista do Relatório dos Auditores Independentes apresentado, e das conclusões do Comitê de Auditoria, apresentadas em seu Relatório, onde recomendam a este Conselho de Administração a aprovação das Demonstrações Financeiras, opinam que os referidos documentos estão em condições de serem submetidos à Assembleia Geral Ordinária para aprovação.

São Paulo, 25 de agosto de 2017

**Márcio Luiz França Gomes** - Presidente  
**Arnaldo Calil Pereira Jardim** - Conselheiro  
**Francisco Vidal Luna** - Conselheiro  
**José Luiz Ribeiro** - Conselheiro  
**Lidia Goldenstein** - Conselheira

**Luiz Carlos Motta** - Conselheiro  
**Marcos Antonio Monteiro** - Conselheiro  
**Milton Luiz de Melo Santos** - Conselheiro  
**Roberto Brás Matos Macedo** - Conselheiro

### RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao Conselho de Administração e aos Acionistas da Desenvolve SP - Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A. São Paulo - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações contábeis da Desenvolve SP - Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A. ("Desenvolve SP"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima apresentadas, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Desenvolve SP em 30 de junho de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação a Desenvolve SP - Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A. ("Desenvolve SP"), de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa - PCLD:** Conforme mencionado nas notas explicativas nº 3(d) e 6, as demonstrações contábeis incluem provisão para créditos de liquidação duvidosa no valor de R\$ 51.964 mil apurada observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682 do Conselho Monetário Nacional (CMN) e leva em consideração a classificação das operações de crédito em níveis de risco AA - H e os percentuais mínimos esperados de perda definidos pela referida resolução. A definição dos níveis de risco de crédito das operações é efetuada com base em metodologias internas de classificação de risco, incluindo premissas e julgamentos da Desenvolve SP. Devido à relevância das operações de crédito e o grau de julgamento relacionado à definição da estimativa de provisão para créditos de liquidação duvidosa, consideramos este assunto significativo em nossa auditoria tomadas em conjunto. **Como nossa auditoria conduziu esse assunto:** Avaliamos o desenho, a implementação e testamos a efetividade operacional dos controles internos julgados como chave e relacionados aos processos internos de aprovação, registro e classificação das operações nos nove níveis de risco de crédito, de AA até H. Avaliamos a razoabilidade dos julgamentos utilizados pela Desenvolve SP na definição da metodologia e das principais premissas utilizadas na atribuição dos níveis de risco de crédito para o cálculo da provisão para créditos de liquidação duvidosa, efetuamos o recálculo da provisão levando em consideração os níveis de risco de crédito e os requerimentos previstos na Resolução 2.682/99 do CMN e avaliamos as divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos aceitável o nível de provisionamento para créditos de liquidação duvidosa no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. **Valor recuperável dos Créditos Tributários:** Conforme mencionado na nota explicativa nº 12(b), as demonstrações contábeis incluem ativos relativos a créditos tributários no valor de R\$ 41.894 mil cuja realização depende de apuração de lucros tributáveis futuros e que estão suportados por orçamento/plano de negócios. Para elaborar as

**FINANCEIRAS:** A administração é responsável pela definição e implantação de sistemas de informações que produzem as demonstrações financeiras da instituição, em observância à legislação societária, práticas contábeis e normas do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Bacen. O Comitê de Auditoria reuniu-se com os responsáveis pela área de contabilidade para análise dos procedimentos que envolveram o processo de preparação das demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 30 de junho de 2017, das práticas contábeis brasileiras relevantes utilizadas pela instituição na sua elaboração e do cumprimento de normas editadas pelo CMN e Bacen. Por fim, discutiu com os auditores independentes os resultados dos trabalhos e suas conclusões sobre a auditoria das referidas demonstrações financeiras, cujo relatório se apresenta sem ressalvas. Os principais pontos discutidos também se relacionaram com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com a obediência pelas normas do CMN e do Bacen e, ainda, com recomendações e demais apontamentos nos relatórios de controles internos e riscos e apresentação das demonstrações financeiras. O Comitê de Auditoria verificou que as demonstrações financeiras estão apropriadas em relação às práticas contábeis e à legislação societária, bem como às normas do CMN e do Bacen. **7. CONCLUSÕES:** Baseado nas informações recebidas das áreas responsáveis, nos relatórios da área de Controle de Riscos,

*Compliance* e Normas, nos trabalhos da Auditoria Interna e nos relatórios produzidos pela Auditoria Independente, o Comitê de Auditoria conclui que não foram apontadas falhas no cumprimento da legislação, da regulamentação e das normas internas que possam colocar em risco a continuidade da instituição. O Comitê de Auditoria, em decorrência das avaliações fundamentadas nas informações recebidas da administração, da Auditoria Interna, da Auditoria Independente e da área responsável pelo monitoramento corporativo dos controles internos, riscos e *compliance*, ponderadas as limitações decorrentes do escopo de sua função, recomenda ao Conselho de Administração a aprovação das demonstrações financeiras auditadas, referentes ao exercício social findo em 30 de junho de 2017.

São Paulo, 24 de agosto de 2017

**Francisco Vidal Luna**  
Presidente  
**Carlos Eduardo Sampaio Lofrano**  
**Jerônimo Antunes**

acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: **Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.** **Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Desenvolve SP.** **Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.** **Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Desenvolve SP.** Se concluímos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Desenvolve SP a não mais se manterem em continuidade operacional. **Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.** Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do semestre corrente e que, dessa maneira constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deveria ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 25 de agosto de 2017



**KPMG**  
**Auditores Independentes**  
CRC 2SP014428/O-6

**Fernando Antonio Rodrigues Alfredo**  
Contador CRC 1SP252419/O-0